

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA
PROPOSTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

**LINGUISTIC VARIATION IN SCHOOL CONTEXT: A TEACHER
EDUCATION PROPOSAL FOR LITERACY PROCESS**

Monteiro, Maria Iolanda

Miguel, Carolina Costa

Brunherotti, Marina

Santos, Fernanda V. S.

Artussa, Lucimara

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Com o artigo pretende-se relacionar o trabalho das variações linguísticas, no início do processo de alfabetização, considerando-se as especificidades e particularidades dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo é sistematizar uma proposta de formação profissional para a erradicação ou, pelo menos, minimização do preconceito e da discriminação, relacionados aos diversos usos da linguagem na sociedade. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, que permitiu a

elaboração de atividades. O artigo possibilita a articulação entre teoria e prática na apropriação da língua padrão, sem nenhuma manifestação de preconceito linguístico, inibindo a exclusão social. Essa situação tornou-se possível por meio da construção de atividades, subsidiadas por teorias, referentes aos temas sobre alfabetização, letramento e variação linguística.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento; Variações Linguísticas; Políticas Linguísticas, Formação Docente.

Abstract: The article seeks to relate the work of linguistic variations, early literacy process, considering the specificities and particularities of students in the early years of elementary school. The aim is to systematize a teacher education proposal for the eradication or at least minimizing prejudice and discrimination related to the various uses of language in society. The methodology used was the literature review, which allowed the development of activities. The article provides a link between theory and practice in the appropriation of the standard language, without any manifestation of prejudice inhibiting social exclusion. This situation was made possible by the construction of activities, subsidized by theories relating to issues of literacy and linguistic variation.

Key-words: Literacy; Linguistic Variation; Language Policies; Teacher Education.

APRESENTAÇÃO

Na formação dos(as) futuros(as) professores(as) alfabetizadores(as) é importante considerar a relevância que a linguagem assume tanto no ambiente escolar como no contexto extraescolar, podendo apresentar uma multiplicidade de variações linguísticas. É por meio desse sistema de signos ou sinais que o ser humano se insere no mundo, podendo se comunicar, expressar suas ideias, opiniões, seus sentimentos e valores, construindo conceitos e entendendo as relações estabelecidas na vida cotidiana (Carvalho & Mendonça, 2006; Monteiro, 2010).

Nesta perspectiva, ressaltamos a importância de políticas linguísticas, relacionadas com a educação, visando à análise curricular da língua portuguesa no primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental brasileiro, da formação do alfabetizador, das questões das normas linguísticas e dos registros de práticas alfabetizadoras bem sucedidas (Monteiro, 2006).

O presente artigo, desenvolvido a partir dos estudos realizados na disciplina “Alfabetização e letramento: conteúdos e seu ensino”, do curso de Licenciatura em Pedagogia, no segundo semestre de 2012, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil, abordou a síntese de reflexões, inerentes ao trabalho alfabetizador, a partir das especificidades das variações linguísticas. A metodologia utilizada, para o respectivo objetivo, foi a análise bibliográfica (Lüdke & André, 1986) e a elaboração de uma proposta de formação profissional para os anos iniciais do Ensino Fundamental. A sistematização da proposta considerou as características particulares dos alunos do primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental, visando práticas de leitura e escrita críticas e reflexivas (Monteiro, 2010; Soares, 2004).

O artigo revelou a articulação entre teoria e prática na apropriação da língua padrão, sem nenhuma manifestação de preconceito linguístico, inibindo a exclusão social. Essa situação tornou-se possível por meio da construção de atividades, subsidiadas por teorias, referentes aos temas sobre alfabetização, letramento e variação linguística.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

É necessário considerar que o processo de alfabetização constitui-se como uma tarefa complexa, que exige competência técnica e preparo do(a) professor(a), para que este possa conduzir adequadamente o início do processo de leitura e escrita. Para tanto, é preciso levar em conta que a alfabetização não se define apenas como codificação e decodificação de letras e palavras, mas sim como um processo amplo que exige a capacidade de compreensão, interpretação e produção de textos e ideias. Para que o indivíduo seja de fato alfabetizado é necessário que saiba fazer o uso social da linguagem, posicionando-se criticamente na sociedade, perante as diversas situações e os acontecimentos (Cagliari, 1999).

No processo de alfabetização é importante destacar que os(as) alunos(as) dos anos iniciais do Ensino Fundamental já trazem consigo um conhecimento prévio da linguagem, aprendido no meio social em que convivem. Diante desta situação, o(a) professor(a) deve valorizar e reconhecer cada forma particular que os(as) alunos(as) têm de se expressar, introduzindo já no início do processo de alfabetização o trabalho com as variações linguísticas. Nesse sentido, ressalta-se que não existe linguagem certa

ou errada, mas sim diferentes maneiras de se expressar. A variação linguística assume papel primordial na sociedade, abordando as diferentes formas existentes de linguagem.

O conhecimento das transformações linguísticas possibilita o combate ao preconceito (Bagno, 2009; Ballesteros, 2010; Gnerre, 2009). Para que o(a) aluno(a) entenda esse processo, é fundamental que o(a) professor(a) tenha o conhecimento das diferenças entre as modalidades oral e escrita. Espera-se que, com o desenvolvimento de atividades, a criança compreenda que existem maneiras adequadas de se expressar em cada situação, evitando com isso que o indivíduo sofra qualquer tipo de preconceito ou exclusão na sociedade por falar ou se expressar com uma linguagem diferente da norma padrão. Visa-se promover a inclusão de todos na sociedade, independentemente de sua classe social, situação econômica, nível cultural ou tipo de linguagem utilizada. É preciso levar em consideração que as práticas de letramento e os processos de alfabetização precisam caminhar juntos, numa tentativa de integração que facilite a apropriação da oralidade e que possibilite o desenvolvimento do aprendizado da leitura e escrita (Monteiro, 2002; 2010).

Para que se consolide um processo de alfabetização com sucesso, a integração com as práticas de letramento se apresenta como uma característica fundamental. Conforme o trabalho desenvolvido pelo Ceale (2004), o ensino e a aprendizagem da língua englobam alguns fatores: 1) compreensão e valorização da cultura escrita; 2) apropriação do sistema de escrita; 3) leitura; 4) produção de textos escritos e 5) desenvolvimento da oralidade.

Estas etapas, ao serem trabalhadas de forma diversificada pelo(a) professor(a), possibilitam a formação de leitores(as) e escritores(as) críticos(as) e reflexivos(as), que sejam de fato alfabetizados(as) e letrados(as), podendo fazer uso social da linguagem. Nesse sentido, é importante que o(a) docente(a) esteja continuamente reforçando a função da leitura e da escrita na sociedade, para que os(as) alunos(as) entendam a necessidade de domínio da linguagem.

No processo de alfabetização, conforme Monteiro (2010), é preciso considerar que, independente do contexto em que se trabalhe, existe uma heterogeneidade da população estudantil, no qual se encontram diferentes alunos(as), de diferentes classes sociais, advindos(as) de diversos contextos, e que já possuem uma linguagem própria de seu meio familiar. Nesta perspectiva, o(a) professor(a) consegue ter o cuidado de não discriminar ou desrespeitar essas diversas manifestações de linguagem e utilizar as variedades linguísticas para enriquecer as práticas alfabetizadoras. De acordo com Franchi (1988, p.51), “o problema está em levar as crianças a dominar esse dialeto culto padrão sem que necessariamente o tomem como excluindo o seu próprio dialeto; sem que assumam, contra si próprias, os preconceitos sociais que o privilegiam”.

É relevante explicitar, conforme Bagno (2009), que não existe linguagem certa ou errada, o que existe são linguagens adequadas para cada tipo de contexto ou situação. Os(As) alunos(as), ao entenderem isto de forma clara, não considerarão a escola como um ambiente discriminatório ou preconceituoso. Por isso, é importante trabalhar com a variedade linguística, não supervalorizando excessivamente a norma culta, chamada também de língua padrão, e esquecendo-se das outras formas de comunicação existentes.

Neste sentido, torna-se necessário explicitar que:

Coexistem, em nossa sociedade, usos diversificados da língua portuguesa. É justo e necessário respeitar esses usos e os cidadãos que os adotam, sobretudo quando esses cidadãos são crianças ingressando na escola. Os alunos falantes de variedades linguísticas diferentes da chamada língua padrão, por um lado, têm direito de dominar essa variedade, que tem prestígio e é a esperada e mais bem aceita em muitas práticas valorizadas socialmente; por outro lado, têm direito também ao reconhecimento de que seu modo de falar, aprendido com a família e a comunidade, é tão legítimo quanto qualquer outro e, portanto, não pode ser discriminado (Ceale, 2004, p. 57).

Portanto, nossa língua apresenta uma imensa possibilidade de variantes linguísticas, tanto no que se refere à linguagem formal (padrão), quanto à linguagem informal (coloquial). De acordo com Mollica (2000), existem três formas de variação linguística: a variação diatópica, a variação diastrática e a variação estilística. Desenvolveremos apenas as duas primeiras, com o objetivo de ressaltar a relação entre a teoria e a prática. Para Mollica (2000, p.29), as variações linguísticas existentes são:

- Variação diatópica: são as diferenças entre dialetos geográficos ou falares regionais. Existem características próprias de cada região, um sotaque próprio que dá traços distintivos ao falante nativo.

- Variação diastrática: são as variedades na língua de acordo com a estratificação social.

- Variação estilística: são as diferenças conforme o grau de formalidade dos contextos de fala.

A variação diatópica refere-se à diversidade linguística regional ou geográfica, apresentada por pessoas de diferentes regiões que falam a mesma língua. A variação diatópica é responsável pelos regionalismos ou falares locais. Esses falares representam os costumes e a cultura de cada região. Nesse sentido, é importante que o(a) professor(a) organize atividades, para focalizar os diversos modos de expressão das diferentes regiões, trabalhe alternadamente com vários gêneros textuais (Ceale, 2004) e enfatize o respeito à cultura, à tradição e à língua de cada região, analisando as condições de acesso ao ensino da língua padrão.

Considera-se necessário, no início do processo de alfabetização, trabalhar com a variação diatópica, de modo que se consiga formar leitores(as) e escritores(as) críticos que saibam respeitar as diferentes formas de expressão em cada região do país, valorizando e reconhecendo a cultura nacional. Além disso, o espaço da sala de aula irá se tornar acolhedor, quando o(a) professor(a) souber trabalhar com a linguagem das diferentes regiões, de maneira que se desenvolvam alunos(as) críticos(as), reflexivos(as) e cientes de seu papel no mundo, trabalhando simultaneamente com as diferenças entre as modalidades oral e escrita (Monteiro, 2010).

Na variação estilística é fundamental que o(a) aluno(a) saiba em quais contextos ele(a) precisa utilizar cada variante da língua. Como atualmente, a era digital se faz presente tanto nas casas quanto nas escolas e em “*Lan Houses*”, cabe à escola se atentar às

transformações na linguagem escrita dentro desse meio de comunicação (Belloni, 2009).

Uma vez que o indivíduo se comunica com um grande número de pessoas simultaneamente, a escrita precisa se adequar a um padrão mais sucinto, permitindo a rápida troca de informações durante a conversa. Essa situação, em que as letras ou palavras são substituídas por símbolos ou desenhos, exige que o(a) professor(a) acompanhe os avanços tecnológicos, para adaptar-se a essa nova forma de comunicação, evitando possíveis danos que a escrita digital pode causar na produção da linguagem escrita padrão. O(A) educador(a), ao mostrar, ainda, para o(a) aluno(a) que, se a mesma linguagem for utilizada em todos os espaços sociais, poderá despertar preconceitos.

A proposta de formação profissional, relacionada ao trabalho com a língua portuguesa e a variação diastrática para os anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuiu para que o futuro docente consiga sistematizar intervenções comprometidas com o uso da linguagem de acordo com os diversos contextos sociais. Além disso, pretendeu-se amenizar o preconceito e a exclusão social, por meio de situações de ensino sobre as linguagens pertencentes às diferentes classes sociais, considerando que os dialetos inerentes a cada grupo representam a diversidade existente também na linguagem oral e escrita.

Tornou-se necessário, portanto, que a proposta de formação profissional compreendesse diversas variações linguísticas, visando o respeito às diferentes formas de comunicação.

“Saber português”, na verdade, sempre significou “saber gramática”, isto é, ser capaz de identificar — por meio de uma terminologia falha e incoerente — o “sujeito” e o “predicado” de uma frase, pouco importando o que essa frase queria dizer, os efeitos de sentido que podia provocar etc. Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos “iluminados”, a “gramática” passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível — daí surgiu a necessidade de “mestres” e “guias”, capazes de levar o “ignorante” a atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem português... (Bagno, 2009, p. 203).

A partir dessas características, as situações escolares podem desencadear relações preconceituosas, incentivando a exclusão social. Continuamente, são presenciados casos nas escolas em que um amigo exclui e/ou discrimina o outro pela forma como ele se comunica, expressando suas ideias ou pensamentos. O(A) professor(a), ao trabalhar com as variações linguísticas no início do processo de alfabetização, objetivando diminuir ou pelo menos minimizar o preconceito e a exclusão relacionados à linguagem, promove a inclusão de todos na sociedade e na escola.

Torna-se essencial que as crianças aprendam, desde os anos iniciais da escolarização, que o Brasil é um país que tem a língua portuguesa como idioma oficial, porém, a forma como é pronunciado varia de acordo com cada estado ou região. Nenhuma destas vertentes pode ser considerada melhor que a outra, pelo contrário, todas devem ser vistas e respeitadas, entendendo que o idioma sofre variações em cada tempo e espaço que se encontra (Monteiro, 2010).

PROPOSTAS DE PRÁTICAS ALFABETIZADORAS

A partir deste contexto, os(as) alunos(as) do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos elaboraram, para a disciplina “Alfabetização e letramento: conteúdos e seu ensino”, uma proposta de formação profissional sobre a temática. O trabalho possibilitou aos(às) futuros(as) professores(as) a organização de diversos tipos de atividades, referentes ao processo de alfabetização e letramento, fundamentadas em referenciais teóricos sobre a aprendizagem da criança em relação à leitura e escrita.

Nesta etapa de desenvolvimento das atividades, tornou-se importante discutir a relação entre teoria e prática, para que o processo de alfabetização atingisse seus objetivos iniciais, possibilitando a formação de verdadeiros leitores e escritores. Como apontam Pimenta & Lima (2005/2006), teoria e prática não podem constituir-se como dois objetos de estudo dicotômicos ou até mesmo antagônicos, mas sim como um campo de conhecimento em que um complementa o outro. O que precisa ser desenvolvido tanto na graduação quanto na vida profissional do(a) professor(a) alfabetizador(a) seria a importância de não separar prática e teoria. Sugere-se que, por meio de suas experiências, consiga relacionar seu conhecimento científico com sua prática pedagógica.

É necessário considerar, de acordo com Garrido & Lucena (2005/2006), que a prática não se constitui como a simples aplicação de técnicas no processo escolar, deve-se levar em conta a heterogeneidade da clientela estudantil, considerando que cada aluno(a) se

desenvolve e aprende de um jeito e, portanto, não é possível homogeneizar fórmulas que sejam aplicáveis a todos os alunos e em todos os contextos.

Por isso, recomenda-se que a apropriação da língua padrão não aconteça da mesma maneira para todos(as) os(as) alunos(as) e de forma mecânica. De acordo com o conhecimento prévio que cada estudante traz consigo, o domínio da língua padrão se consolidará com mais facilidade ou dificuldade. É necessário que antes de tudo o(a) aluno(a) entenda o funcionamento da língua para que possa, de fato, dominá-la e utilizá-la em seu cotidiano.

Portanto, segundo as contribuições de Garrido & Lucena (2005/2006), é possível compreender que teoria e prática caminham juntas, numa tentativa de articulação em que ambas forneçam os subsídios necessários para a efetivação de uma prática alfabetizadora bem sucedida. O objetivo principal da proposta de formação profissional é capacitar o(a) futuro(a) educador(a) para a elaboração de atividades, ligadas aos processos de leitura e escrita sem preconceitos linguísticos, fazendo o uso das diversas linguagens e adequando-as ao contexto ou à situação social específica. Nesse sentido, a valorização e o reconhecimento dos diversos modos de expressão das diferentes regiões, a partir dos vários gêneros textuais, possibilitam o respeito à tradição, cultura e língua de cada região.

Para se trabalhar com a variação diatópica no início do processo de alfabetização, é preciso reconhecer que os(as) alunos(as) ainda não têm o domínio da leitura e escrita. Por isso, considera-se importante iniciar o trabalho com palavras que tenham significados concretos para as crianças, associado-as a suas imagens, de modo que a

compreensão se torne mais fácil para os(as) estudantes. Posteriormente, pode-se trabalhar com um diálogo curto e dinâmico, que aborde a diferenciação da linguagem nas regiões, introduzindo o(a) aluno(a) nas práticas de letramento, desenvolvendo, concomitantemente, o processo de alfabetização (Cagliari, 1988; 1995; 1997; 1999). Por este motivo, selecionamos uma lista de palavras a serem trabalhadas inicialmente e um diálogo a ser introduzido em seguida, de maneira que os(as) alunos(as), aos poucos, pudessem apropriar-se das práticas de leitura e escrita.

Considerando-se que os(as) alunos(as) estão na fase inicial de alfabetização e, portanto, não possuem o domínio da leitura e da escrita, o(a) professor(a) pode trabalhar com uma lista de palavras, que possuem denominações diferentes em cada região, associando-as com suas respectivas imagens, de modo que o(a) aluno(a) obtenha uma representação real e concreta de cada palavra trabalhada. Esse tipo de trabalho possibilita o cotejo entre teoria e prática, garantindo a presença de práticas e posicionamentos fundamentados que elucidarão a contribuição e repercussão no convívio social (Pimenta, 2012).

Em seguida, a proposta de formação apresenta as palavras e imagens em um jogo da memória envolvendo pequenos grupos de alunos(as). Em alguns cartões, consta a imagem do produto/alimento com sua denominação da região Sul/Sudeste e, em outros cartões, consta a imagem do produto/alimento com sua denominação da região Norte/Nordeste. Dessa maneira, as crianças juntam os cartões ligando as imagens às suas respectivas denominações de cada região. Os(As) alunos(as) fazem essa relação por meio das imagens, alcançando uma forma de familiarização das palavras, letras e representações e conhecendo os possíveis sinônimos que cada palavra possui. O Quadro

1 revela um exemplo de variação linguística que evidencia a riqueza de contexto cultural para o trabalho nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

QUADRO 1. Variação diatópica: denominação de um mesmo produto/alimento de acordo com a região do país.

Região Sul/Sudeste	Região Norte/Nordeste
Mandioca	Macaxeira/Aipim
Bergamota	Mexerica/Tangerina
Canjica	Mungunzá
Polenta	Angu
Abóbora	Jerimum
Colorau	Urucum
Quiabo	Vinagreira

O exemplo do Quadro 1 explicita que não existe palavra certa ou errada, mas sim denominações diferentes para o mesmo produto/alimento em cada região. Assim, o(a) professor(a) pode questionar os(as) alunos(as) com relação aos conhecimentos iniciais dessas palavras, se essas fazem parte do cotidiano deles(as) ou até mesmo se conhecem outras expressões que representem aquela mesma palavra ou alimento. Além desse trabalho, a apresentação das imagens referentes ao significado das respectivas palavras proporciona um entendimento melhor e uma apropriação do novo vocabulário.

A atividade permite ainda evidenciar aos(às) estudantes que existem maneiras de se comunicar que não exigem, necessariamente, a utilização da linguagem verbal, como no caso das imagens, em que foi possível passar a ideia (ou representação) do alimento pela figura, recorrendo à linguagem não verbal (Aguiar, 2004).

Desta forma, o(a) professor(a) insere seus(as) alunos(as) em um contexto de alfabetização e letramento, permitindo-lhes o conhecimento e a apropriação de alguns sinais gráficos das palavras. Também permite a valorização da cultura nacional e das diversas linguagens de diferentes regiões, possibilitando que sejam respeitadas e aceitas (Bagno, Stubbs & Gagné, 2010).

A segunda atividade também visa à valorização da linguagem das regiões do país. Inicialmente, o(a) professor(a) apresenta um diálogo entre um sujeito do Maranhão e um de Brasília. O(A) docente faz a leitura em voz alta para a sala toda e, em seguida, lança algumas questões orais referentes ao texto, propondo um debate (discussão) sobre a linguagem utilizada no texto. Pode estabelecer algumas questões para a reflexão: vocês conhecem todas as expressões utilizadas no texto? Conhecem alguma pessoa que utiliza expressões semelhantes as do texto? Onde ela mora? Essa linguagem poderia ser utilizada em uma reunião formal? Por quê?

Registramos uma sugestão de texto para ser trabalhado com os(as) alunos(as) do autor Marcelo Abreu. Podemos organizar um diálogo entre um garoto nascido e criado em Brasília e outro, nascido e criado na região de São Luiz, no Maranhão. Provavelmente, eles levariam algum tempo para se entender. Mas, digamos que os dois já se conhecem, falam-se com frequência e até sabem as expressões que cada um utiliza. Seria um

diálogo rico em variação linguística, a princípio estranho e absurdo, para quem não está acostumado, mas possível:

- *E aí, pequeno, cadê tu? Pergunta o maranhense.*

- *Fala aí véi. Di boa? Responde o brasiliense.*

E o diálogo prossegue. Conta, cheio de gingado, o garoto de Brasília:

- *Hoje vai ter uma parada sinistra na casa dum chegado na Sul. O bicho estuda comigo. Vamos zoar muito.*

O maranhense dançador de boi e comedor de farinha d'água emenda:

- *É, eu também vou numa festa lá na escadaria do Reviver. Pequeno, tu vais perder um reggae pesado. Depois vamos pra Litorânea. Vai ser bom pá poxa. Aquelas pequenas vão tá tudo lá....*

Depois da parada sinistra e do reggae:

- *Véi, na casa do bicho rolou um lance cabuloso. Um prego cismou comigo e eu parti a fuça dele.*

- *No reggae, tinha um pequeno doidinho, aperreando todo mundo. Levou logo foi um bogue, eu mesmo ia dar-lhe...*

Após a leitura do texto, o(a) professor(a) deixa as crianças debaterem as questões apresentadas, explicando as diferentes maneiras para se comunicar uma mesma ideia ou

pensamento, porém, utilizando expressões diferentes, como consta no diálogo. Considerando que os(as) alunos(as) estão em processo inicial de alfabetização e, portanto, sem o domínio da leitura e da escrita, o(a) professor(a) comunica-lhes que irá escrever novamente o diálogo na lousa, substituindo as palavras desconhecidas, para que se torne mais compreensível e próximo da realidade. Por meio da linguagem oral, recomenda novas palavras e expressões, construindo-se um novo diálogo. Finalizando a atividade, o(a) professor(a) faz a leitura novamente do diálogo inicial e do diálogo construído pela sala de aula, comenta as diferenças de cada um, explicitando que ambos têm o mesmo conteúdo, referem-se ao mesmo assunto/temática, porém, com linguagens diferentes, características dos Estados do Maranhão e de Brasília.

Já no âmbito da variação estilística, cabe ao educador levar o(a) aluno(a) ao domínio de todas essas variações para que possa se adaptar aos diversos contextos. Existem situações em que a norma culta da língua prevalece, como em uma entrevista de emprego, em um texto acadêmico ou até mesmo no contato com professores(as). Em outros momentos, a linguagem coloquial pode ser utilizada como, por exemplo, nas relações familiares e com amigos(as) (Franchi, 1988).

O material utilizado para abordar a linguagem estilística foi uma matéria da revista Nova Escola, publicada no ano de 2007. Na reportagem intitulada “A língua é viva” (p.50), a jornalista Amanda Polato (2007) se referiu à língua portuguesa nos textos escritos na *internet*. Segundo ela, a linguagem é algo vivo e dinâmico, construído socialmente, e sempre acompanha as gerações e se organiza de acordo com cada contexto histórico. As mudanças na linguagem oral também acompanham a linguagem escrita. Nos dias atuais, essa última pode ser feita tanto com lápis e papel quanto por

meio do teclado do computador. Normalmente, a oralidade muda com mais facilidade que a escrita, pois é muito mais utilizada.

Nesta mesma matéria, o membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e o gramático Evanildo Bechara ressaltam que, de todos os termos que foram sujeitos a mudanças, somente alguns se tornaram oficiais no dicionário. Isso acontece quando algum grupo de profissionais sente a necessidade de incluí-los. Segundo Monteiro (2010), o trabalho do(a) professor(a), assim como a linguagem, é algo dinâmico, por essa razão, a busca constante pela formação continuada proporcionará o entendimento das mudanças na língua.

Para o entendimento da variação diastrática, por exemplo, é preciso primeiramente partir do princípio de que, em nossa sociedade, a linguagem também é utilizada como um mecanismo de poder em que aquele que faz o uso da língua padrão ou norma culta, será ouvido, enquanto que os outros grupos que não fazem o uso desse código serão marginalizados (Gnerre, 2009). Portanto, a linguagem também auxilia na estratificação social, pois para pertencer a determinado grupo, é preciso que o indivíduo decifre o código adotado.

Este caráter da linguagem é apontado por Gnerre (2009), pois considera que:

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de

fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos (Gnerre, 2009, p.5).

Historicamente a linguagem carrega em si essa dimensão de poder, desde a Grécia antiga. Esta tem um caráter crucial na manutenção da sociedade, visto que era um dos objetivos da educação na época desenvolver nos indivíduos a habilidade da retórica e a de proferir discursos eloquentes. Com isso, percebe-se que a palavra pode mobilizar ou conformar. Nesta perspectiva, o(a) professor(a) pode preparar o(a) aluno(a) para atuar em todos os contextos sociais e fazer o uso de uma linguagem apropriada. Além disso, pode legitimar estereótipos e preconceitos, ao não apresentar as variações linguísticas, deixando de contribuir para uma formação emancipatória (Freire, 1997), que propicie condições de viver e conviver com a diversidade sem minorizar ou sentir-se minorizado por meio do uso da linguagem.

Nesse intuito, propomos trabalhar, na proposta de formação profissional, a variação diastrática com variações linguísticas provindas de diferentes grupos ou classes sociais. A partir deste compromisso, torna-se possível mostrar que todas as variações têm sua importância e carregam em si uma cultura, costumes e um processo histórico, que deve ser respeitado.

Em outro exemplo, considerando-se que os(as) alunos(as) já tenham contato com a leitura e escrita e se encontram em fase posterior à iniciação da alfabetização, propomos atividades de maior complexidade, para estimular o desenvolvimento da tecnologia da escrita (Cagliari, 1988; 1995; 1997; 1999). Dessa forma, podemos, assim, ampliar o

conteúdo lexical dos(as) alunos(as), o que contribui para uma maior compreensão da leitura e para o uso social das práticas.

A proposta para se trabalhar a variação diastrática exige o uso do dicionário, que colabora para o reconhecimento das palavras na norma padrão. Inicialmente, pretende-se apresentar a letra da música “Saudosa Maloca”, do compositor Adoniran Barbosa e sua breve biografia. Após a leitura, o(a) educador(a) conduz uma reflexão sobre a intenção do autor. É importante contextualizar ainda o período em que Adoniran descreve a letra. O autor retrata a época de 1955, quando houve a urbanização da cidade de São Paulo, em que as camadas populares foram despejadas de suas “malocas”, pois no local seriam construídos grandes edifícios. Adoniran Barbosa abordou, em suas letras, as transformações urbanas, caracterizando o sentimento de desapropriação e insatisfação gerado na população. (Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/adoniranbarbosa.htm>. Acesso em: 16 de jan/2013).

Segue um trecho retirado da letra “Saudosa Maloca” (Disponível em: http://www.paixaoeromance.com/50decada/saudosa55/hsaudosa_maloca.htm. Acesso em: 27 de out/2012):

Si u sinhô num tá lembradu

Dá licença di contá,

Que aqui onde agora está

Esse adifício arto

Era uma casa véia,

Um palacête assobradado.

Foi aqui seu moçu

Que Eu, Mato Grosso e o Joca

Construimus nossa maloca.

Sugerimos o levantamento das palavras presentes na letra da música, que representam uma determinada classe social, pelos alunos com o auxílio do(a) professor(a). Durante a discussão, o(a) docente pode questionar os alunos sobre a forma correta do uso dessas palavras. Com isso, demonstra que, apesar da norma culta ser a linguagem padrão, exigida socialmente em determinados casos, é possível se expressar por meio de outras variações linguísticas. Um exemplo seria o recurso da língua portuguesa, a licença poética (Carmo, 2007), que permite sua extrapolação, como a feita pelo compositor Adoniran Barbosa.

A proposta, em seguida, é o exercício da produção de um outro gênero textual, texto jornalístico (Brasil, 2000), a partir da canção. O(A) docente propõe ao(à) aluno(a) que assuma o papel de um(a) jornalista e, baseado na letra da música e nas discussões, elabore um texto informativo, ou seja, o papel do estudante nessa proposta é o de informar a população sobre a urbanização e suas consequências.

Portanto, conforme os estudos de Cagliari (1988; 1995; 1997; 1999) e Monteiro (2010), desenvolveremos as habilidades tecnológicas de leitura e escrita no(a) aluno(a) e ensinaremos o uso social das práticas de letramento. Nas atividades, torna-se possível que o(a) aluno(a) dos anos iniciais potencialize sua criatividade e, mais especificamente, que tenha contato com um momento histórico do país, recorrendo ao caráter dinâmico da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de formação profissional relacionada às práticas de alfabetização e letramento foi organizada de modo a considerar a participação do(a) professor(a) e dos(as) alunos(as) no processo de avaliação, nas opiniões, dúvidas, intervenções e sugestões. No estudo das atividades presentes na proposta, espera-se que os(as) futuros(as) professores(as) compreendam que não existe linguagem certa ou errada, mas diferentes maneiras de se expressar uma mesma ideia, pensamento ou conceito, de acordo com a região do país, o meio de comunicação ou da classe social (Monteiro, 2010). Como consequência, terão condições de desenvolver, no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, atividades comprometidas com as especificidades registradas no presente artigo.

A proposta confirma, ainda, que existem maneiras diferentes de se expressar, pela linguagem não verbal (utilização das imagens), pela linguagem verbal (falada/escrita) e pela tecnologia digital. Enquanto alguns(as) educadores(as) considerarem que as diferenças de linguagens vão desencadear o fim da língua padrão, pouco pode ser feito

com relação a esse tema. Cabe à escola, nesta perspectiva, adaptar-se às novas linguagens e reconhecer que as atualizações são constantes.

Buscou-se, então, com a sistematização da proposta ressaltar que existem linguagens adequadas para cada tipo de situação ou contexto. Reconhecemos que a linguagem mais utilizada na sociedade é a língua padrão, pois permite que os indivíduos se entendam, oralmente ou por escrito. Explicitamos, ainda, que em contextos familiares ou informais podem ser mantidas as linguagens coloquiais ou regionais. Podemos ver este dinamismo típico de cada grupo social, gênero, faixa etária, nível de escolaridade e região, tanto na fala quanto na escrita, em diversos gêneros discursivos.

O presente artigo possibilita, assim, a caracterização de possíveis caminhos para as políticas linguísticas e de formação docente e para o estudo curricular das línguas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. T. de. (2004). *O verbal e o não verbal*. São Paulo: Ed. Unesp.
- BAGNO, M. (2009). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 51. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- BAGNO, M.; STUBBS, M. & GAGNÉ, G. (2010). *Língua maternal: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BALLESTEROS, L. A. (2010). Português brasileiro: preconceito linguístico y lingüística crítica. *Políticas Lingüísticas*, año 2, volumen 2, octubre, pp. 73-84.
- BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas. Autores Associados, 2009.

- BRASIL. (2000). *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: DP&A.
- CAGLIARI, L. C. (1988). A Cartilha e a Leitura. In: SÃO PAULO (Estado). FDE. Leitura: Caminhos da Aprendizagem. *Série Idéias*, n. 05, pp. 21-26.
- _____. (1995). *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Scipione.
- _____. (1999). *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione.
- _____. (1997). O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de aprendizagem das crianças na alfabetização. In: PATTO, M. H. S. (Org.). *Introdução à psicologia escolar* (3ª ed., pp. 193-224). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- CARMO, E. do. (2007). *Licença Poética*. Brasília: Thesaurus.
- CARVALHO, M. A. F. de & MENDONÇA, R. H. (Orgs). (2006). Práticas de letramento e processos de alfabetização. In: _____. *Práticas de leitura e escrita* (pp. 10-43). Brasília: Ministério da Educação.
- CEALE. (2004). *Secretaria de Estado de Educação: Orientações para a organização do Ciclo Inicial de Alfabetização*. Caderno 2. Belo Horizonte.
- FRANCHI, E. P. (1998). *E as crianças eram difíceis: a redação na escola*. São Paulo: Martins Fontes.
- FREIRE, P. (1997). *Educação e mudança* (M. Gadotti & L. L. Martin, trad., 21ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo. EPU.
- MOLLICA, M. C. (2000). *Influência da fala na alfabetização* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MONTEIRO, M. I. (2010). *Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização*. São Carlos: EdUFSCar.

_____. (2006). *Histórias de vida: saberes e práticas de alfabetizadoras bem sucedidas*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2002). *Práticas alfabetizadoras: contradições produzindo sucesso e fracasso escolar*. Araraquara: Junqueira e Marin.

PIMENTA, S. G. (2012). *O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?* (11ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. (2005/2006). Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis*, vol. 3, números 3 e 4, pp.5-24.

POLATO, A. (2007). Língua portuguesa. *Nova Escola*, São Paulo, edição 206, out., pp.50-55.

SOARES, M. (2004). *Letramento: um tema em três gêneros* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.